

A mediação da informação e o protagonismo social das mulheres em situação de violência doméstica

The mediation of information and the social role of women in situations of domestic violence

Marília Albernaz Pinheiro de Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2911-324X>

Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB)

Email: mariliaalbernaz@hotmail.com

Gisele Rocha Cortes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6843-4938>

Professora do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Email: giselerochacortes@gmail.com

Aurekelly Rodrigues da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7802-0253>

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB)

Email: AurekellyR@gmail.com

RESUMO: Objetiva analisar a dinâmica da violência doméstica e como as informações mediadas em um grupo formado por mulheres vítimas de violência doméstica potencializaram o enfrentamento à violência e o empoderamento das mulheres. Metodologicamente, configura-se como uma pesquisa aplicada, descritiva, com abordagem qualitativa, e uma pesquisa-ação, realizada no Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Cidadania e Direitos Fundamentais, com cinco mulheres vítimas de violência doméstica. Para coletar os dados, foi utilizada a técnica de grupo focal, por meio de encontros de mediação, e para analisá-los, recorreu-se à técnica de análise de conteúdo. O estudo indicou que a mediação da informação contribuiu para ressignificar condicionantes sociais alicerçados na inferioridade feminina, com vistas a potencializar o enfrentamento da violência e o empoderamento das mulheres. Revela a importância das políticas públicas específicas para as mulheres e a necessidade de reforçar as campanhas e as estratégias de informações sobre órgãos de atendimento, legislações e direitos das mulheres condizentes com suas necessidades informacionais, para que possam se apropriar de informações e conquistar sua autonomia e a igualdade de gênero. Considera que o tema 'violência contra as mulheres' deve ser potencializado no âmbito da Ciência da Informação, uma vez que o acesso à informação e sua apropriação possibilitam uma mudança de mentalidades e a problematização de esquemas hegemônicos de gênero que alicerçam sua prática. Conclui-se que os encontros de mediação forneceram subsídios para problematizar e ressignificar esquemas hegemônicos de gênero e contribuíram para fortalecer o protagonismo social das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Mediação da informação. Violência doméstica. Protagonismo social. Mulheres.

ABSTRACT: It aims to analyze the dynamics of domestic violence and how information mediated in a group of women victims of domestic violence enhanced the confrontation with violence and the empowerment of women. Methodologically, it is configured as an applied, descriptive research, with a qualitative approach, and an action research, carried out at the Center for Operational Support to the Public Prosecutor's Office of Citizenship and Fundamental Rights, with five women victims of domestic violence. To collect the data, the focus group technique was used through mediation meetings, and to analyze them, the content analysis technique was used. The study indicated that information mediation contributed to re-signify social constraints based on female inferiority, with a view to enhancing the confrontation of violence and the empowerment of women. It reveals the importance of specific public policies for women and the need to reinforce campaigns and information strategies on care agencies, legislation and women's rights consistent with their informational needs, so that they can appropriate information and gain their autonomy and gender equality. It considers that the theme 'violence against women' should be enhanced in the field of Information Science, since access to information and its appropriation enable a change of mentalities and the problematization of

hegemonic gender schemes that underpin its practice. It is concluded that the mediation meetings provided subsidies to problematize and re-signify hegemonic gender schemes and contribute to strengthen the social protagonism of women.

KEYWORDS: Information mediation. Domestic violence. Social protagonism. Women.

1 Introdução

A violência contra as mulheres é um fenômeno transversal, que perpassa as diferentes classes sociais, os graus de escolaridade, a religião e a raça/etnia, e cuja prática se associa às profundas relações de poder entre mulheres e homens nas sociedades patriarcais. No Brasil, de acordo com os dados produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, 4.936 mulheres foram assassinadas no ano de 2017, o que equivale a 13 mortes por dia. Os números evidenciam uma realidade ainda mais perversa, quando asseveram que 28,5% dos homicídios contra as mulheres ocorreram no âmbito privado e são cometidos por homens com quem elas mantinham relações afetivas (CERQUEIRA *et al.*, 2019).

Segundo uma pesquisa encomendada pela ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP e realizada pelo Datafolha, de fevereiro de 2018 a fevereiro de 2019, a fim de avaliar o impacto da violência contra as mulheres, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil, sendo que 42% dos casos ocorreram no ambiente doméstico. Diante do exposto, é preciso volver o olhar para esse cenário cruel que norteia as desigualdades alicerçadas em normas hegemônicas de gênero.

Viver uma vida livre de violência é um direito de todos/as. Então, por que mulheres são vítimas de violência no ambiente doméstico? Negligenciar as especificidades dos crimes contra as mulheres dificulta combatê-los. De acordo com Heleieth Saffioti (2004), a violência doméstica tem características bastante peculiares – acontece em relações de afeto, é rotinizada, e o agressor conhece a vida e

os hábitos da vítima. Além disso, a prática de violência tende a ser naturalizada, porquanto encontra respaldo nas normas impostas e legitimadas em uma estrutura patriarcal, que delega aos homens poderes para controlarem a vida e a autonomia das mulheres.

Portanto, considera-se fundamental a interface entre a Ciência da Informação – CI e os estudos de gênero, com foco na violência doméstica, porque a informação se configura como uma prática social capaz de alterar mentalidades, gerar novos conhecimentos e contribuir para o desenvolvimento do protagonismo social das mulheres¹. Com esse viés, Henriette Ferreira Gomes (2017, p. 10) ressalta que a natureza social da informação advém do “[...] processo dialógico que sustenta e subsidia a geração do conhecimento, por potencializar a capacidade humana de interpelar, de interferir, de criar e recriar o próprio conhecimento anteriormente instituído e o próprio mundo”.

1
No campo da CI, o enfoque temático que articula informação e violência contra as mulheres ainda é incipiente. Por meio de pesquisa realizada na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação – BRAPCI, no período de 1972 a 2021, utilizando os descritores ‘violência contra as mulheres’ e ‘violência doméstica’, recuperamos apenas 11 artigos, o que demonstra a carência de estudos.

Assim, a informação atua no processo de produção de novos conhecimentos e como instrumento para desenvolver, criar e ressignificar práticas que visam a prevenir e enfrentar as desigualdades impostas às mulheres. Por conseguinte, considera-se que a mediação da informação atinente aos direitos das mulheres, a legislação e a desnaturalização da violência contribuem para o empoderamento das mulheres e são uma condição *sine qua non* para promover a equidade de gênero (CÔRTEZ; ALVES; SILVA, 2015).

O foco de interesse desta pesquisa é em um grupo formado por mulheres em situação de violência doméstica cometida por companheiros e ex-companheiros, vinculado ao Ministério Público. Sob o prisma da mediação da informação, questiona-se: Como se delineou a dinâmica da violência doméstica e de que forma as informações mediadas, nos encontros de mediação, contribuíram para fortalecer o protagonismo social das mulheres no processo de enfrentamento da violência doméstica, em uma sociedade marcadamente patriarcal? A partir dessa questão-

-problema, o objetivo do artigo consiste em apresentar a dinâmica da violência doméstica sofrida por mulheres e como as informações mediadas, em encontros de mediação, potencializaram o enfrentamento da violência e o protagonismo social delas.

2 Mediação da informação e protagonismo social

Ao pensar em mediação da informação como uma prática social, concebe-se o conjunto de ações, representações e interações sociais e culturais da informação, por meio das quais os sujeitos sociais podem conhecer seus direitos e deveres e se apropriar de informações para tomar decisões sobre suas vidas, seja de forma individual ou coletiva (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004).

Esse processo não acontece de maneira aleatória, resulta da interação dos sujeitos entre si, da informação mediada e da bagagem cultural oriunda das mais diversas experiências vivenciadas tanto individualmente quanto em grupos com os quais nos relacionamos. Essas relações nos levam a produzir sentidos, graças à possibilidade de constituir um mundo simbólico, modelado nas interações sociais.

A mediação também pode contribuir para reduzir desigualdades e injustiças e dar voz às pessoas em situações de vulnerabilidade. Seu sentido envolve o campo da ação, e seu estudo vem se consolidando em várias áreas das Ciências Sociais e Humanas. Jean Davallon (2007) salienta que a mediação se projeta por meio da conexão do indivíduo com a informação, tendo como efeito a articulação em um dispositivo singular que pode se apresentar de diversas formas: como texto, dispositivo midiático, artefato tecnológico, produto cultural, entre outros.

As autoras Fialho, Nunes e Carvalho (2017) referem que a mediação da informação é um processo que engloba diferentes atores, saberes, dispositivos, ambientes e sistemas, interligados pelo interesse, pela informação, pelo desejo de adquirir conhecimentos e pela aprendizagem que permeia todas as suas interfaces. É um processo social, uma atividade não neutra, que visa, por meio da ação

de interferência, a promover a apropriação da informação e a geração de novos sentidos para as pessoas que participam da ação mediadora, conforme salientado por Almeida Júnior (2015).

O paradigma social proposto por Rafael Capurro (2003), inspirado na proposta da “epistemologia social” de Jesse Shera e Margareth Egan (1961) – focados/as nos aspectos sociais da ação da informação na sociedade – possibilita refletir sobre as intenções, as comunidades de discurso e a mediação da informação atreladas às condições objetivas de existência, visando a amadurecer os estudos teóricos, epistemológicos e empíricos da CI (SILVA; FARIAS, 2013), cujo paradigma social não concebe a informação como o *status* de “coisa”, nem a restringe às formações cognitivas individuais, ao contrário, trata de inserir o sujeito como protagonista no cerne dos processos informacionais. Logo, a informação é localizada em seus matizes históricos, econômicos, tecnológicos, culturais, sociais e políticos (MARTINS, 2013).

O construto teórico do paradigma social contribui para que se compreenda que as ações de informação e as conexões necessárias entre o/a mediador/a e os/as interlocutores/as devem ser delineadas por meio do diálogo, da mediação e das construções socialmente elaboradas do conhecimento, ou seja, é preciso pensar na alteridade (GOMES, 2019). Por isso, em uma pesquisa dessa natureza, em que se aborda uma vivência dolorosa e complexa da vida das mulheres, vislumbra-se uma prática mediadora na perspectiva de favorecer o diálogo, o acolhimento e as conexões necessárias entre a mediadora e as interlocutoras. Além disso, assume-se uma ação intencional, não neutra, ao promover encontros de mediação com mulheres em situação de violência, com o intuito de desestabilizar e abordar esquemas hegemônicos interiorizados e disseminados no contexto social com dominância das expressões patriarcais de gênero.

Em seus relatos, as interlocutoras expressaram que o acesso à informação e sua apropriação são importantes no processo de ressignificar conhecimentos prévios, tomar decisões e resolver problemas (DUMONT, 1998), como a vivência da situação de violência cometida por ex-companheiros.

Com base em Almeida Júnior (2015), entende-se que a mediação é uma ação de interferência que pode desestabilizar certezas, gerar conflitos e buscar novas informações. Segundo o autor, a mediação da informação

[...] é toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural, individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25).

Essa conceituação possibilita refletir que as ações mediadoras dinamizadas nos encontros consubstanciados em grupos formados por mulheres em situação de violência doméstica podem ser apropriadas pelas mulheres, de forma que elas ressignifiquem sentidos previamente estabilizados e internalizados no processo de socialização efetivado em uma sociedade marcada pela dominação masculina.

Conforme Gomes (2017, 2019), a mediação da informação é compreendida como uma ação pautada na dialogicidade, no encontro e na manifestação das subjetividades que emanam da interlocução inter e intrassubjetiva. Assegura o exercício da crítica e torna mais evidentes as incompletudes e as lacunas que desestabilizam os conhecimentos já estabilizados no sujeito.

[...] há, na mediação da informação, o sentido de compartilhamento, de cooperação, de abertura ao diálogo e ao movimento que desestabiliza e estabiliza conhecimentos, de abertura à crítica e à criatividade, de abertura também às intersecções entre o “velho” e o “novo”, o que confere a ação mediadora certa característica de substrato ao autoconhecimento e ao entrelaçamento da humildade e da autoestima dos interlocutores dessa ação (GOMES, 2019, p. 51).

Com o intuito de ampliar as discussões sobre a mediação da informação na CI, Gomes (2019) apresenta suas cinco dimensões, a saber: dialógica, estética, formativa, ética e política. Por meio da dimensão dialógica, os sujeitos, através da

comunicação e do diálogo, podem expor suas ideias e compartilhar suas vivências. O processo dialógico é responsável por tornar a mediação bem sucedida. A dimensão estética é alcançada quando os sujeitos se sentem confortáveis ao terem espaço de fala e ao serem acolhidos quando externalizam suas opiniões, seus conhecimentos, algo que os caracteriza como sujeitos ativos, mediadores de informações. Na dimensão formativa, as competências e as habilidades são evidenciadas quando os envolvidos (mediadores/as e mediandos/as) compartilham seus conhecimentos de modo a favorecer o processo de aprendizagem e de apropriação da informação nos mediandos. Quanto à dimensão ética, configura-se no cuidado e na atenção do/a mediador/a com o/a mediando/a, em que o respeito à alteridade, às diferenças e às divergências de opiniões e o desejo de aprendizado são fundamentais para que ela se efetive. Por fim, tem-se a dimensão política, que reconhece o poder da mediação da informação de transformar os sujeitos em protagonistas sociais, capazes de mudar a si mesmos e o mundo em que vivem (SILVA, 2020).

A mediação da informação ocorre em espaços críticos, de dialogia, onde os sujeitos podem exercitar a crítica, e favorece o autoconhecimento (GOMES, 2019). Nesse sentido, a autora defende que a articulação das cinco dimensões supracitadas possibilita que a mediação da informação favoreça o desenvolvimento do protagonismo social à medida que os sujeitos vão se apropriando das informações.

Nesse cenário dialógico, as interlocutoras (mulheres em situação de violência – caso específico desta pesquisa) poderão ser provocadas a desestabilizar conhecimentos já estabilizados (GOMES, 2019) referentes à naturalização e à culpabilização da violência e a se apropriar de novos conhecimentos favorecedores do protagonismo social para romper com a situação de violência vivenciada.

Para apresentar uma breve visão da origem do protagonismo, devido à dimensão epistemológica do seu conceito, revisitou-se Perroti (2017) para conduzir as discussões sobre o assunto. Esse autor resgata a sociedade ateniense do Século V a.C. e apresenta o protagonismo feminino na tragédia ‘Antígona’, de Sófocles. Essa obra oportuniza uma análise de Antígona, protagonista que resiste, toma posição em

relação ao autoritarismo do Rei de Tebas e revela a luta de uma mulher por justiça.

Perrotti (2017) confirma esse pensamento argumentando que o protagonismo é uma ação de luta para criar significados e ressignificar a vida em sociedade.

Protagonismo significa resistência, combate, enfrentamento de antagonismos produzidos pelo mundo físico e/ou social e que afetam a todos. Significa tomada de posição dianteira face a obstáculos que ameaçam a espécie (causados por pessoas, animais, circunstâncias, sentimentos, ideias, preconceitos etc.). Daí que protagonistas assumem a luta pela construção, pela criação, como atitude face ao mundo. Lutar, mais que enfrentamento 'contra', é modo de ser e de estar, de produzir e cuidar de um mundo comum, habitável e convivial (PERROTI, 2017, p. 15).

Importante frisar a concepção de Almeida Júnior (2015) referente ao fato de que a mediação não se delinea como algo estático, quando se tem acesso à informação e ao conhecimento, já que a apropriação da informação acontece de forma processual, dinâmica e dialética. Sob esse prisma, consideramos que a mediação da informação realizada nos encontros, com base nos direitos das mulheres, na desnaturalização da violência e nas informações sobre órgãos de atendimento, favorece o processo de protagonismo social para romper com a situação de violência. Convém reiterar que esse processo não é linear, estático nem semelhante para todas as mulheres, porquanto as condições objetivas, a história de vida e as experiências sociais e subjetivas impactam nesse processo.

Ao discorrer sobre as ações protagonistas, Gomes (2019) enuncia que o protagonismo representa, em sua essência, uma ação de resistência à opressão, à discriminação, ao apartheid social, à rejeição, ao desrespeito e à negação do diferente. Por essa razão, não se pode falar em protagonismo e omitir que ele, ao mesmo tempo em que resulta da ação mediadora, também a impulsiona e, por conseguinte, reflete na dimensão política dessa ação (GOMES, 2019). Assim, a autora defende que o protagonismo social representa uma conduta assumida, uma postura, um modo de ser e de estar no mundo e envolve as diversas esferas e dimensões da vida

social, incluindo a dimensão cultural.

Ainda sob esse viés, Henriette Ferreira Gomes (2019) ressalta que o protagonismo, inicialmente o social, tem relação direta com a ideia de construção do espaço público, por meio de sujeitos que lutam, pautados em informação e conhecimentos sobre direitos, justiça e igualdade. À vista disso, considera-se que a mediação da informação atinente a conteúdos informacionais problematizadores dos esquemas dominantes de gênero figura como uma ação importante no protagonismo social das mulheres, com repercussões na mudança de mentalidades sobre o fenômeno e no fortalecimento das resistências para o enfrentamento da situação de violência.

3 Percurso metodológico: O traçado do caminho

Tomando como base a ideia de que os métodos e as técnicas de pesquisa dependem da natureza do problema que se procura investigar ou do objeto que se deseja conhecer, este estudo consiste em uma pesquisa aplicada, de cunho descritivo, em que foi empregada a abordagem qualitativa. Para Cecília Minayo (2000), a abordagem qualitativa tem o objetivo de investigar o universo de significados, motivos e aspirações, visando a apreender um nível mais profundo dos processos e dos fenômenos sociais.

Trata-se de um estudo fundamentado nos pressupostos da pesquisa-ação, uma vez que se revelou o caminho mais adequado para atingir seus propósitos, por se tratar de um processo que possibilita a colaboração dos atores envolvidos (participantes e pesquisadora), em todas as etapas da investigação, e o desenvolvimento de ações (TOLEDO; GIATTI; JACOBI, 2014). Segundo Thiollent (1986), tal pesquisa contribui para transformar a realidade, por vezes considerada como metodologia direcionada a grupos em situações de vulnerabilidades, o que a torna uma estratégia de inclusão sociopolítica.

A investigação pautou-se na perspectiva da ação. Foram realizados encontros de mediação com mulheres vítimas de violência doméstica cometida por seus com-

panheiros ou ex-companheiros que se encontram em processo judicial. A pesquisa contou com a colaboração de cinco mulheres – interlocutoras – e foi realizada no Centro de Apoio Operacional – CAO às Promotorias da Cidadania e Direitos Fundamentais, do estado da Paraíba, no período de outubro a dezembro de 2019, a fim de contribuir para o poder da transformação – **borboletar-se**², como, por exemplo, a “Metamorfose da Borboleta: uma metáfora do crescimento humano” (FIRMINO, 2019).

2

Borboletar-se significa passar por uma grande transformação para um estado melhorado. Sofrer uma metamorfose, mudando para melhor. Mudar seus paradigmas (FIRMINO, 2019).

Com o propósito de resguardar a identidade das interlocutoras da pesquisa e de mantê-las no anonimato, elas foram nominadas de borboletas, representadas pela figura desse inseto com a cor preferida de cada uma delas, como mostra o Quadro 1³.

3

Nota explicativa: Borb. é a abreviatura da palavra borboleta.

QUADRO 1 – Identificação das interlocutoras da pesquisa



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2021).

Para compreender-se bem mais o processo de pesquisa, expõem-se, a seguir, a descrição da coleta e a análise dos dados.

3.1 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Na expectativa de captar informações relevantes para o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas ações/encontros com as mulheres interlocutoras do estudo. Os encontros revelaram as histórias e as vivências das que se disponibilizariam a participar. Para isso, foram realizados eventos, denominados de ‘Encontros de mediação’ – utilizados como técnica para estimular e suscitar reflexões, visando a atender aos objetivos propostos na pesquisa. Esses encontros englobaram três **encontros temáticos** realizados no período de novembro a dezembro, duas vezes por semana, com duração média de quatro horas diárias. Foram realizadas práticas

de mediação da informação como uma proposição metodológica de relevância para o tema em questão, devido à necessidade de ações que estimulassem diálogos, compartilhamentos e problematizações da situação vivenciada.

A mediação dos conteúdos informacionais, além de objetivar a interação do grupo, a troca e a disseminação das informações entre as participantes, visou a contribuir para desnaturalizar a violência e disseminar informações que contribuíssem para estimular o protagonismo social das mulheres no que diz respeito ao enfrentamento da violência.

1º Encontro temático – Nesse encontro, foram esclarecidas possíveis dúvidas a respeito dos procedimentos e dos encaminhamentos dos grupos de mediação, e consensuadas as diretrizes para estimular a noção de pertencimento e o bom relacionamento do grupo. As atividades de mediação foram iniciadas com debates e discussões sobre ‘estereótipos de gênero’, visando a desnaturalizar as desigualdades de gênero no grupo. Importante frisar que houve momentos de acolhimento das mulheres e que todas estavam cientes da possibilidade de não dar continuidade à participação nos encontros, caso não mais o desejassem. Buscou-se problematizar os padrões hegemônicos de gênero e compreender a importância do afeto e da expressão dos sentimentos, com o intuito de estimular ações de reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos. Apresentou-se um breve histórico do Movimento Feminista, com ênfase nas lutas coletivas em prol de superar as desigualdades existentes entre homens e mulheres e outros atos que violam os direitos humanos das mulheres. Também foram abordadas questões sobre a implantação de políticas públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil, enfatizando a Lei 11.340 de 2006 – Lei Maria da Penha.

2º Encontro temático – O foco desse encontro consistiu em compartilhar informações a respeito da rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica existente no estado, com o objetivo de que as interlocutoras conhecessem ou aprofundassem informações sobre os órgãos disponíveis para buscar informações e atendimento. A mediação da informação foi realizada por meio de

dinâmicas, como, por exemplo, a metamorfose da borboleta – que mostra percursos e perspectivas de mudança, empoderamento e resistência, respeitando os limites, as condições objetivas e subjetivas e o tempo de cada participante.

Nessa dimensão, as dinâmicas passaram a ser consideradas momentos de pausa, para que as pessoas pudessem falar, pensar, expressar-se, aprender e ensinar por meio das ações de informação propostas nos encontros. Percebeu-se que, nesse espaço de diálogo, de aceitação e de liberdade, as mulheres verbalizaram e demonstraram suas emoções e ‘reanimaram’ seus corpos e suas mentes diante das experiências concretas da vida e de cada dinâmica trabalhada, na perspectiva de compartilhar experiências, com vistas a estimular a autoestima e redescobrir suas potencialidades individuais e coletivas em relação às repercussões causadas pela violência doméstica. Por meio da operacionalização das dinâmicas, foi possível coletar os dados e categorizar as informações analisadas, conforme o que foi narrado, compartilhado e vivenciado pelas interlocutoras.

3º Encontro temático – O foco do último encontro foi a efetivação do **Grupo Focal** – GF para coletar os dados. Segundo Gondim (2002), o GF é um pequeno grupo de pessoas reunidas com o objetivo de avaliar conceitos, identificar problemas e discutir sobre determinado tema. Para isso, a moderadora criou um clima em que as interlocutoras se sentissem à vontade para falar sobre suas dolorosas experiências. Nessa seção, criou-se um campo aberto para articular os pilares a respeito dos questionamentos que direcionaram os depoimentos e serviram para delinear as ideias-chave, a fim de associar as informações captadas à questão-problema da pesquisa e aos objetivos propostos.

Para analisar e interpretar os dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo criada por Laurence Bardin (2002), por meio das etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação. Para isso, foram estabelecidas as categorias elencadas no Quadro 5, que possibilitaram agrupar as unidades temáticas, a fim de facilitar a compreensão e a interpretação das informações obtidas, como mostra o Quadro 2, abaixo.

Quadro 2 - Categorias e unidades temáticas: análise dos dados

CATEGORIAS	UNIDADES TEMÁTICAS
CATEGORIA 1	<ul style="list-style-type: none"> •Tempo de relação com o agressor •Como as agressões começaram •Tipos de violência sofrida •Medos e vergonha da violência sofrida
DINÂMICA DA VIOLÊNCIA	
CATEGORIA 2	<ul style="list-style-type: none"> •As experiências presentificadas no contexto da violência e as atividades de mediação no grupo •Expectativas das interlocutoras em relação às informações mediadas
MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO E PROTAGONISMO SOCIAL	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2021).

As categorias expostas no Quadro 2 representam as ideias-chave contidas nos relatos e foram estabelecidas por meio da interação entre as mulheres e as pesquisadoras responsáveis pelas ações de mediação. A seguir, apresentaremos os resultados provenientes das transcrições dos relatos, das observações e das demais informações disponíveis que constituem a parte qualitativa da pesquisa.

4 Resultado da pesquisa

QUADRO 3 - Caracterização das interlocutoras da pesquisa

Interlocutoras	Idade	Escolaridade	Estado civil	Nº de filhos(as)	Ocupação
Borb. 	41	Ensino Médio	Solteira	1	Professora
Borb. 	52	Ensino Fundamental	Divorciada	2	Autônoma
Borb. 	26	Ensino Fundamental	Casada	2	Trabalhadora doméstica não remunerada
Borb. 	44	Ensino Superior	Casada	2	Enfermeira
Borb. 	33	Ensino Fundamental	Casada	1	Trabalhadora doméstica não remunerada

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os dados do Quadro 3 indicam que, no período em que houve os encontros, todas as mulheres tinham mais de vinte e cinco anos, baixa escolaridade, e apenas uma concluiu o ensino superior. Três interlocutoras estavam casadas, todas tinham filhos/as, e duas estavam exercendo o trabalho no âmbito doméstico, o que indica que eram dependentes economicamente dos companheiros. Com base nos diálogos mantidos, constatou-se que algumas mulheres tiveram que abandonar os estudos, quando se casaram, para se dedicar ao trabalho doméstico não remunerado. Isso evidencia que a tradicional divisão sexual do trabalho ocasiona sobrecarga de trabalho, exclusão do mundo público e responsabilidade quase exclusiva pela esfera reprodutiva. De acordo com Hirata e Kergoat (2007, p. 599),

[...] a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Os relacionamentos demonstram a ruptura da inserção social, dos sonhos e dos desejos das mulheres, assim como subordinação e dominação, distribuição desigual de privilégios, direitos e deveres e assimetrias de poder embasadas nas diferenças de gênero. A seguir, apresentamos as categorias e a dinâmica das mulheres no tocante à violência doméstica.

CATEGORIA 1 - Vicienciando a violência contra mulheres

A violência contra as mulheres é definida pelas Nações Unidas como qualquer ato baseado nas diferenças de gênero que resulte ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico. Ocorre de forma cíclica e repetitiva e é intensificada ao longo do tempo. A partir dessa consideração, passa-se a analisar a categoria 1, sob os seguintes aspectos: tempo de relação com o agressor; início das

agressões e medo e vergonha da violência sofrida.

A seguir, apresentam-se relatos sobre o tempo de violência abusiva em que as mulheres estão imersas:

Estamos juntos há 11 anos, e nossa relação sempre foi atrapalhada. Nos conhecemos numa escola, onde eu dava aula e ele também (Borb. .

Ah! Estamos juntos há 27 anos e sempre moramos perto um do outro. (Borb. .

Nos conhecemos ainda adolescentes e logo começamos a namorar! Estamos juntos há 20 anos (Borb. .

No que tange à dinâmica das agressões, o início e a relação com os agressores, conforme os relatos, as violências foram cometidas por homens com quem as mulheres mantinham relações de afeto (companheiros e ex-companheiros). As informações corroboram a literatura atinente ao assunto, segundo a qual, em geral, a violência doméstica é perpetrada pelo parceiro íntimo da vítima (GARCIA; SILVA, 2016; SOUZA, 2017; WAISELFISZ, 2015). Aspectos relevantes a esse respeito podem ser observados nas falas que seguem:

Hoje sei que a violência já existia desde o namoro, mas não entendia. Ele controlava minhas amigas, minhas roupas, mas eu achava que era cuidado comigo. Depois que casamos, ele começou a me empurrar, me xingar, até o dia que ele me bateu e depois não parou mais, só piorou! (Borb. .

Acho que começou no namoro mesmo. Ele sempre foi muito ciumento e queria mandar em mim. Me segurava pelo braço bem forte, me xingava. Depois do casamento, ficou bem pior, porque agora não tinha mais ninguém de testemunha prá ver eu apanhando, aí ele se aproveitava (Borb. .

Depois que a gente casou, ele passou a beber todos os dias e ficava muito agressivo. Quando ele chegava em casa, eu reclamava e as confusões começavam. Depois do primeiro empurrão, nunca mais parou! (Borb. .

Os tipos de violência foram diversos, desconhecem limites ou fronteiras e

afetaram as mulheres em graus diferentes, como mostram as falas seguintes:

Ele me abusava sexualmente sempre. Mesmo eu tomando remédios controlados, ele me obrigava a beber. Acho que era uma forma de eu aceitar fazer tudo que ele mandava. Quando eu ia embora para a casa dos meus pais, ele ia bêbado fazer baixaria na porta deles. Ameaçava ir no meu ambiente de trabalho fazer a mesma coisa. Perdi as contas de quantas vezes me xingou, humilhou, falava que eu era feia, burra e ninguém me queria. E como sabia que eu era muito religiosa, me falava que Deus tinha colocado ele na minha vida para me bater e purificar minha alma por ter perdido a virgindade sem ser com ele! (Borb. .

Sofri todo tipo de violência, mas a que mais me marcou foi a sexual. Eu era forçada a ter relação com ele mesmo sem ter vontade. Sem falar no meu dinheiro que ele tomava de mim e nos tapas que levei. Eu nem me importava mais com os palavrões e os gritos, isso era o mínimo (Borb. .

Escutei, muitas vezes, ele me chamar de feia e de burra! Meu dinheiro eu nem via mais a cor, parecia que vivia numa prisão! (Borb. .

As doloridas, cruéis e violentas histórias vivenciadas pelas mulheres, compartilhadas nos encontros de mediação, mostram as formas como se dinamizam o machismo, a posse, o controle masculino sobre a vida e os corpos das mulheres. As atitudes dos agressores revelam práticas que objetivam assujeitá-las e aniquilá-las, por meio de sórdidas violações dos direitos humanos. As falas das interlocutoras explicitam tentativas de feminicídio e cerceamento da liberdade, da autonomia e do direito de ir, vir e existir. Os relatos denotam que as violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente, e conforme enuncia Heleieth Saffioti (2004), a violência emocional está sempre presente, seja qual for a agressão vivenciada.

Conforme Silva e Côrtes (2019, p. 5), “A realidade de mulheres vítimas de violência em situação de violência ultrapassa a dor de uma agressão física. São ‘dores da alma’, que refletem na autoestima, no desempenho de atividades diárias, na saúde e, em muitos casos, na vontade de viver.” Quanto à violência sexual, a

cultura do machismo e da misoginia, segundo Renata Sousa (2017), alicerça a perpetuação desse tipo de violência, em especial, contra as mulheres. A autora alerta que é fundamental salientar que não se trata de analisar a figura do estupra-dor como doente, uma vez que o estupro, em geral, é cometido por homens, em diversos locais e classes sociais, em suas plenas faculdades mentais, assim como a dependência química não pode ser justificativa para prática de violência contra as mulheres. Vários mecanismos culturais e sociais, sedimentados na estrutura pa-triarcal, estimulam a ocorrência desse crime. A base de tal prática, ainda segundo a pesquisadora, assenta-se na visão de que

[...] o poder sexual está no homem, e que este tem o direi-to de realizar esse poder sobre a mulher ou sobre outros homens (que, dentro da sociedade binária, não reproduzem os estereótipos de masculinidade e virilidade) como quiser sempre que julgar necessário. Tais valores são re-passados para toda a sociedade, que revitimiza a mulher principalmente por, segundo a concepção geral, colocar se nas chamadas ‘situações de risco’, nas quais a mesma é culpada por não seguir as chamadas regras de conduta. (SOUSA, 2017, p. 13)

A violência sexual acarreta e impacta a saúde física, psíquica e reprodutiva das mulheres. Conforme Lucila Vianna, Graziela Bomfim e Gisele Chicone (2006) e Renata Guimarães *et al* (2018), as mulheres ficam mais expostas às doenças se-xualmente transmissíveis, a pensamento repetitivo, a distúrbios gastrointestinais, a fobias, às doenças ginecológicas, à amnésia de problemas traumáticos, à depressão e ao suicídio. Conforme Lilia Schraiber e Flavia D’ Oliveira (1999), as agressões apresentam efeitos para a saúde que não se limitam aos traumas óbvios das agressões físicas. A violência conjugal aumenta as queixas ginecológicas, depressão, estresse pós-traumático, transtornos de ansiedade, tentativas de suicídio, entre outros.

Os relatos compartilhados possibilitam enunciar que o controle masculino sobre as mulheres se materializa de formas variadas, por vezes sutil e tácita. Os mecanismos da violência simbólica e a naturalização do poder masculino, como

aponta Saffioti (2001), às vezes, ‘passam despercebidos’ para a própria vítima. Borb. 🦋, por exemplo, acreditou, inicialmente, que o comportamento controlador do companheiro com as roupas e as amizades – alicerçadas no ciúme e no controle – eram por cuidado, proteção e amor.

Heleieth Saffioti (2004, p. 54) assevera que o contrato social das uniões, em sociedades patriarcais, implica uma liberdade civil pautada no direito masculino. O pacto original é um contrato sexual e social: “[...] é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres – e sexual no sentido de estabelecer um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres.”

Outro aspecto delineado nas vivências das vítimas foram as ações dos agressores, que visam a minar a autoestima das mulheres. As humilhações e os ataques à imagem e às capacidades intelectuais das mulheres foram constantes, assim como a visão delas como objetos: “Achava ruim quando ele me batia só para descontar a raiva que tinham feito a ele na rua.” (Borb. 🦋). O ciclo de violência, o medo, a vergonha e a baixa autoestima contribuem para que os homens demarquem as mulheres como objetos. É o agressor que busca determinar o “lugar” delas, alicerçado em esquemas hegemônicos de gênero, nos quais as concebem como posse.

Em estudo a respeito do impacto da violência na autoestima de mulheres vítimas de violência, Renata Guimarães *et al* (2018) constataram problemas na autoestima das mulheres, sentimento de inferioridade e angústia. Sob seu ponto de vista, as repercussões da violência operam no plano físico, no psíquico e na qualidade de vida das mulheres. Nesse contexto, a depreciação da própria imagem e o sofrimento psíquico advêm da violência sofrida. Destaca-se, também, o discurso de responsabilização das vítimas pelas violências sofridas, como o relato de Borb. 🦋 de que o ‘companheiro’ utilizava discursos religiosos normatizadores para justificar as agressões: “E como sabia que eu era muito religiosa me falava que Deus tinha colocado ele na minha vida para me bater e purificar minha alma por ter perdido a virgindade sem ser com ele!” (Borb. 🦋).

Nos encontros, as situações-problema mais destacadas pelas integrantes, que

se tornaram unidades temáticas da pesquisa, foram: naturalização da violência; medo e vergonha da violência sofrida, dependência financeira e afetiva como fator de impacto na violência doméstica; permanência no relacionamento e culpa, como expresso no Quadro 4:

QUADRO 4 – Medo e vergonha da violência sofrida: marcas reveladas	
INTERLOCUTORAS	EVENTOS QUE DEIXARAM MARCAS
Borb. 	Toda vez que a gente brigava, eu ia para casa dos meus pais, mas ele sempre ia lá, alcoolizado, gritando. Quando isso acontecia, eu entrava no carro bem rápido e ia embora com ele porque tinha muita vergonha e não queria que meus pais vissem.
Borb. 	Sempre que apanhava, eu ficava quietinha chorando, porque não queria que meus filhos vissem, porque eles sempre falavam pra eu deixar o pai deles, mas eu não tinha coragem. Então eu sofria sozinha!
Borb. 	Todo mundo da rua sabia que eu apanhava. Minha família também sabia, mas eu sempre mentia. Mentia porque não tinha coragem de ir embora e sabia que as pessoas iam me recriminar por ficar naquela situação.
Borb. 	A família toda sabe da minha situação e sinto muita vergonha. Evito os encontros de família porque fico muito constrangida. É muita humilhante pra mim.
Borb. 	É muito difícil essa situação, porque você não tem com quem conversar. Tenho muita vergonha, porque toda vez digo que vou dar um basta e sempre acabo voltando pra ele, por isso agora resolvi me calar.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

De acordo com o exposto no Quadro 7, as interlocutoras dialogam com as ideias de Maria Filomena Gregori (2012) e de Eleonora Oliveira *et al* (2005), em cujos estudos registraram que as mulheres expressam medo, vergonha e culpa. Elas se envergonham porque têm que esconder essa experiência para familiares, amigos(as) e vizinhos(as). As falas contidas no Quadro 7 ratificam o pensamento de Maria Filomena Gregori (2012), Maria Fernanda Terra, Ana Flávia D'Oliveira e Lilia Schraiber (2015) sobre o fato de muitas mulheres, por causa das situações relatadas, passarem pelo processo de forma solitária.

A vergonha e o medo, na ótica das pesquisadoras, causam obstáculos para a socialização da experiência de violência, potencializam o isolamento e a culpa das mulheres que se sentem 'responsáveis' pela violência da qual são vítimas e buscam,

muitas vezes, soluções individuais. Por essa razão, é preciso que as ferramentas disponíveis de acesso à informação sejam potencializadas/disponibilizadas, a fim de evitar o medo e o sentimento de impotência gerados, que dificultam a denúncia, a busca por apoio emocional e a superação da violência de gênero.

Conforme Gisele Côrtes, Edvaldo Alves e Leyde Klébia Silva (2015), as mulheres são assassinadas por serem mulheres e são responsabilizadas e culpabilizadas pelas violências e os assassinatos. A estrutura patriarcal dinamiza as interações em todos os espaços sociais e alicerça concepções hierárquicas, discursos e argumentos que também possibilitam a disseminação e a legitimação do ditado que diz que “Em briga de marido e mulher, não se mete a colher”, de nefastas consequências para as mulheres. Além disso, não raro, as mulheres sentem insegurança para compartilhar a violência sofrida, porque são questionadas sobre a responsabilidade de sofrer violência: “Alguma coisa ela fez”, “Ninguém maltrata por nada”, ou seja, sempre há uma justificativa para atitudes covardes praticadas pelos homens.

Assim, partiu-se do entendimento de que a mediação, como um lugar suscetível de compartilhamento de informações entre as mulheres vítimas de violência, pode contribuir para o processo de apropriação de informações e seu empoderamento. Buscou-se construir um espaço de encontros visando a promover uma relação interativa, compartilhada e dialógica.

Quando cheguei lá, você (a pesquisadora) me falou sobre a pesquisa, e eu fiquei muito feliz por saber que alguém estava disposto a ajudar. Nunca tive acesso às informações e também não sabia onde buscar apoio. Por isso resolvi participar (Borb. .

Toda terça, quando meu esposo chegava em casa, ele falava muito bem dos encontros e, aos poucos, fui percebendo a transformação dele. Ficava curiosa prá saber o que falavam lá, e quando ele disse que teria um momento para as mulheres, eu fiquei muito feliz também (Borb. .

Meu esposo foi mudando de comportamento quando começou a participar das aulas. Ele falava com muito carinho da maneira que tratavam os assuntos nas reuniões. Quando soube que eu também teria um momento para

aprender aceitei participar na hora (Borb. )

Estava precisando de um momento para desabafar, precisava de alguém para compartilhar minha dor e entendi que esse seria o momento ideal. Vi que existiam outras mulheres na mesma situação que eu e que se eu tivesse consciência e acesso à informação correta eu poderia mudar minha realidade (Borb. )

Meu esposo disse que seria importante eu ir lá escutar a professora dele falar. Que os encontros poderiam até ajudar a melhorar nosso casamento. Quando cheguei gostei muito e resolvi ficar e participar (Borb. )

Assim, considerando as peculiaridades do processo de mediação da informação, diálogos foram iniciados e ampliados, por meio de encontros e procedimentos propostos na pesquisa, a fim de se construir conhecimento produzido, organizado e sistematizado no âmbito da experiência de mulheres vítimas da violência doméstica. É importante ressaltar que algumas mulheres mantinham o relacionamento com os companheiros, os quais estavam participando, de forma ativa, de grupos reflexivos para o público masculino, envolvidos em processo judicial, no contexto de violência contra as mulheres, coordenado pelo Ministério Público. Não foi possível analisar se e como essas ações impactaram em ressignificações e transformações nos participantes, assim como alterações na relação com as interlocutoras. Não foram feitas análises sobre essa dinâmica, por não ser o foco do estudo. Pesquisas futuras, nesse âmbito, precisam ser aprofundadas para conhecer os impactos dos grupos com homens que trabalham nessa direção.

Importante reiterar que o processo mediador se configura como dinâmico, não linear e articula-se com as condições objetivas e subjetivas da agente mediadora e das interlocutoras. A mediação e a apropriação da informação não são processos estáticos e mecânicos, já que sofrem impactos das dinâmicas sociais em que as pessoas estão inseridas. Na dinâmica específica, nas reelaborações sobre o fenômeno da violência doméstica e de ideologias sexistas, respeitaram-se as contradições, as problematizações e as emoções, por se tratar de vivência dolorosa e complexa. Segundo Schraiber e D'Olvieira (1999, p. 24),

[...] é necessário respeitar o tempo de cada uma. Muitas vezes a conversa ou informação que acontece hoje fará sentido ou será utilizada pela usuária meses, ou anos depois, a depender do seu processo e das suas condições objetivas. Isto não desmerece o trabalho, desde que não usemos critérios de resolutividade imediata para avaliá-lo, e sim a ideia de que a disseminação dessas informações para a população é importante na construção da ideia de cidadania.

As ações de mediação foram pensadas em sua dimensão interativa e social, apoiadas por um processo de troca de ideias e de acesso à informação em prol do protagonismo social das mulheres participantes dos encontros. Criou-se um ambiente capaz de promover a sensibilização, a interação, a escuta e a mediação da informação em sua dimensão afetiva e social.

CATEGORIA 2 – Mediação e apropriação da informação como espaço de diálogo e protagonismo social

Por fim, apresentam-se os relatos que possibilitam – respeitando os limites da pesquisa e reforçando que a apropriação e a mediação e seus impactos não são processos lineares e mecânicos – verificar como as informações mediadas no grupo formado por mulheres vítimas de violência doméstica podem contribuir para ressignificar condicionantes sociais alicerçados na inferioridade feminina, com vistas a potencializar o enfrentamento da violência e o empoderamento das mulheres. Compreende-se a apropriação da informação como um conjunto de atos voluntários, por meio dos quais o ser humano reelabora seu mundo e modifica seus conhecimentos prévios com as informações processadas e disseminadas sob a ótica de suas necessidades (DUMONT, 1998).

Hoje tenho outra visão de tudo que passei. As informações que eu tive nesses encontros me abriram os olhos, me fizeram abrir a boca para dizer o que eu quero da vida. Decidi mudar desde do primeiro encontro. Eu nunca pensei que eu podia mudar. Mas, hoje vejo que essas informações que eu tive, “vai” me ajudar a ser outra mulher, como a profes-

sora disse, eu vou me borboletar. [...] Muita coisa mudou depois que participei do grupo e após me sentir fortalecida resolvi colocar um ponto final nesse relacionamento abusivo. Hoje passo por muitas dificuldades financeiras, mas nada se compara aquele sofrimento. Continuo fragilizada e tudo ainda é muito recente, mas hoje me sinto preparada para ajudar outras mulheres e recomeçar minha vida com meu filho. (Borb. )

Depois do grupo me sinto mais segura, mais empoderada, mais bem informada. Somos seres humanos e precisamos de respeito. Mulheres, precisamos mudar os pensamentos que temos de nós mesmas e entender que os homens precisam nos respeitar. Precisamos fortalecer nosso amor próprio e nos sentirmos mais seguras! A pessoa casa pra ser feliz e não pra sofrer do jeito que eu sofria. Mas o problema é que a pessoa não tem noção das coisas, não entende! Conheci meus direitos, com a lei Maria da Penha. Aprendi aqui. Estou pronta para sair do casulo. Tenho certeza que agora consigo ver outros caminhos, sem violência. (Borb. )

Hoje vejo que muita coisa aconteceu porque achava que como eu era mulher eu tinha que obedecer e aguentar. Tudo o que eu ouvi e vi aqui me deu capacidade de fazer diferente, eu vou em frente. Eu agora sei, como eu devo ser, só preciso ter paciência igual a lagarta que conseguiu quebrar a casca, e se libertar do casulo. Hoje já consigo identificar se estou sendo violentada e também consigo sinalizar para outras mulheres que elas devem denunciar. Agora sei muito bem onde ir buscar ajuda e o que devo fazer. São muitas coisas que precisam mudar! E se uma mulher ajudar a outra conseguiremos mudar essa realidade muito mais rápido. Não tenha medo, denuncie, fale mesmo! (Borb. ) .

Aprendi que isso não é certo não! Aprendi com as histórias e tudo o que eu vi aqui, meus direitos. Os direitos são iguais e foi muito bom saber quais são meus direitos porque agora vai ser tudo certinho. Não vou aguentar mais desaforo de homem nenhum. Com tudo o que eu ouvi nos diálogos dos encontros eu senti na pele que posso mudar de vida. Eu aprendi aqui, que eu tenho o direito de viver com todo o respeito e dignidade que uma pessoa livre da violência pode desejar. Isso pra mim é cidadania. [...] Hoje sei buscar ajuda na Rede de proteção, tenho consciência dos meus direitos e sei onde posso pedir ajuda para amenizar essa situação. Eu agradeço demais por tudo que

aprendi, precisamos buscar informação e não ter medo de denunciar (Borb. .

Me sinto muito mais forte e feliz por poder ajudar as mulheres da minha família. Hoje conheço a rede de proteção e sei muito bem a quem recorrer. É como se eu tivesse ficado corajosa sabe? Seria muito bom que outras mulheres pudessem ter a mesma experiência que eu tive, escutar tudo o que eu escutei nos encontros. O conhecimento é capaz de mudar a realidade da vida das pessoas. [...] Se eu tivesse conhecido essas coisas antes teria minimizado meu sofrimento porque eu teria denunciado antes (Borb. .

Os relatos possibilitam enunciar como a mediação da informação contribuiu para a apropriação da informação com base em conhecimentos que favoreceram o fortalecimento das resistências das mulheres perante as situações de violência. Os encontros forneceram subsídios para problematizar e ressignificar esquemas hegemônicos de gênero e fortalecer o protagonismo social das mulheres. Nessa dinâmica, constatam-se as enunciações de Henriette Gomes (2019) de que a mediação da informação é o cerne da ação protagonista. A dialogia que cerca o processo de mediação da informação favoreceu a discussão, o diálogo, a interação entre as mulheres e a mediadora e a consciência de seu protagonismo social.

Sob esse prisma, considera-se que a iniciativa das mulheres de participar dos grupos de mediação e compartilhar suas vivências representa uma ação protagonista que, em sua essência, é uma ação de resistência à opressão, à discriminação, à rejeição, ao desrespeito e às ideologias sexistas. Por essa razão, não se pode falar em protagonismo e omitir que ele, ao mesmo tempo em que resulta da ação mediadora, também a impulsiona e, por conseguinte, reflete na dimensão política dessa ação, como foi visto nos relatos (GOMES, 2019). Destaca-se o fato de algumas mulheres declararem estar fortalecidas para agir como multiplicadoras, apoiando outras mulheres a romperem com as situações de violência.

Conforme Aurekelly Silva e Gisele Côrtes (2019), focar o protagonismo social das mulheres, no escopo da CI, fortalece a dimensão social da informação e a valorização da inclusão e da cidadania. Assim, neste estudo, entende-se que o

protagonismo social é uma ação em que, por meio da mediação da informação, as mulheres podem se apropriar de informações e, ao acessá-las, interpretá-las e (re) significá-las, podem transformá-las em conhecimentos e utilizá-los para lutar por direitos que as levem à autonomia e as livrem das amarras da violência. Ressalta-se, mais uma vez, que esse processo não ocorre de forma estática, linear, sem conflitos e contradições e varia de acordo com as condições objetivas, subjetivas e emocionais de cada mulher.

É nesse cenário que se vislumbram alternativas de empoderamento de mulheres vítimas de violência doméstica, visto que a mediação pode contribuir para que se apropriem de informações e gerem novos conhecimentos e sentidos, com vistas a conquistar autonomia e a salvaguardar a vida.

5 Considerações finais

A partir dos achados da pesquisa, considera-se que o tema ‘violência contra as mulheres’ deve ser potencializado no âmbito da CI, uma vez que, por meio do acesso à informação e de sua apropriação, é possível mudar mentalidades e produzir novos sentidos e percepções sobre os fenômenos, porque, nesta pesquisa, constatou-se o processo de empoderamento e resistência por meio do fenômeno informacional e a produção de conhecimentos. Como afirma Borb. , “o conhecimento é capaz de mudar a realidade da vida das pessoas”. À luz dessas constatações, verificou-se que as interferências realizadas durante a pesquisa possibilitaram, por meio da mediação da informação, problematizar padrões hegemônicos de gênero e contribuir com o processo de transformação, resistência e desnaturalização da violência doméstica. Portanto, os dados revelados indicaram que os (as) profissionais da CI devem produzir estudos e criar espaços dialógicos e reflexivos sobre esse problema, que é uma grave violação dos direitos humanos.

Respeitando os limites da pesquisa, constatou-se que a mediação da informação, por meio da troca de experiências entre as participantes, e as reflexões con-

duzidas pela pesquisadora contribuíram para ressignificar condicionantes sociais alicerçados na inferioridade feminina, com vistas a potencializar o enfrentamento da violência e o empoderamento das mulheres.

Imprescindível frisar que as pesquisadoras, por meio das trocas e dos aprendizados obtidos com as interlocutoras, também ressignificaram visões e percepções e fortaleceram-se com as ações protagonistas das mulheres, que, com todas as delicadas e complexas vivências, disponibilizaram-se a participar dos encontros e das dinâmicas e a socializar suas experiências. Nossa gratidão a todas essas mulheres guerreiras, que buscam respeito, cidadania e, usando estratégias e formas distintas, lutam para salvaguardar a própria vida. É fundamental mencionar que esse processo – assim como todos os fenômenos sociais – não ocorre de forma linear, imediata e sem contradições. Os sujeitos são situados socialmente, e as condições objetivas e subjetivas impactam a dinâmica de enfrentamento à situação de violência. Por isso é imprescindível respeitar o tempo de cada mulher nessa caminhada. A vivência da violência envolve dor, culpa e vergonha, portanto, trata-se de uma experiência delicada, que envolve a subjetividade, as aspirações, os sonhos e a autoestima das mulheres.

A pesquisa revelou que as políticas públicas específicas para as mulheres são sobremaneira importantes e que é preciso reforçar campanhas e estratégias de informações sobre órgãos de atendimento, legislações e direitos das mulheres, condizentes com suas necessidades informacionais, para que possam se apropriar de informações e conquistar sua autonomia e a igualdade de gênero.

Devido à amplitude do tema, espera-se que este estudo contribua com novas propostas, novas concepções, porque este é o verdadeiro sentido do conhecimento: trazer à tona novas descobertas que possam ser aperfeiçoadas continuamente, em uma realidade que se renove de forma expressiva e que revele a percepção do protagonismo social das mulheres.

Referências:

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José. (org.). Mediação oral da informação e da leitura. Londrina: Abecim, 2015. p. 9-32.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2002.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas da violência 2019. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9406>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CÔRTEZ, Gisele Rocha; ALVES, Edvaldo Carvalho; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 16., 2015. João Pessoa-PB. Anais [...]. João Pessoa, PB: UFPB, 2015. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo?. Prisma.com, n. 4, p. 4-37, 2007. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/>. Acesso em: 14 maio 2021.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. O imaginário feminino e a opção pela leitura de romances de séries. Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: Convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, 1998.

FIALHO, Janaina Ferreira; NUNES, Martha Suzana Cabral; CARVALHO, Telma de. A mediação da informação nos grupos de pesquisa e no GT3 dos ENANCIB: espaços de comunicação científica em Ciência da Informação. Em Questão, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 252-276, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FIRMINO, Célia. A metamorfose da borboleta: uma metáfora do crescimento humano. O segredo. 2019. Disponível em: <https://osegredo.com.br/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

GARCIA, Leila. Posenato; SILVA, Gabriela Drummond Marques da. Mortalidade de mulheres por agressões no Brasil: perfil e estimativas corrigidas (2011-2013). Brasília: IPEA, 2016.

GONDIM, Sônia Maria. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. Revista Paidéia, Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildemise Ferreira (org.). Informação e protagonismo social. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 27-44.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. Logeion: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, mar./ago. 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644/4048>. Acesso em: 13 maio 2021.

GONDIM, Sônia Maria. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. Revista Paidéia, Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

GUIMARÃES, Renata Cavalcante Santos et al. Impacto na autoestima de mulheres em situação de violência doméstica atendidas em Campina Grande, Brasil. *Revista Cuidarte*, v. 9, n. 1, p. 1988-1997, 2018. ISSN 2216-0973. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo>. Acesso em: 20 jun. 2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 11 fev. 2021.

MARTINS, Ana Amélia Lage. Mediação informacional: mediação informacional: uma perspectiva a partir do campo social da informação In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013. Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <http://repositorios.questoe-semrede.uff.br/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: HUCITEC, 2000.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. A informação construída nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bordieu. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, Porto Alegre, v. 5, n. 5, out. 2004.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. et al. Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 376-382, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (org.). *Informação e protagonismo social*. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 11-26.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, n.16, p.115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHRAIBER, Lília; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Lucas Pires. Violência contra mulheres: interfaces com a Saúde. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 3, n. 5, p. 11-26, 1999. Disponível em: <https://rfp.sesc.com.br/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SHERA, Jesse; EGAN, Margaret. Exame do estado atual da Biblioteconomia e documentação. In: BRADFORD, S. C. *Documentação*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p. 15-61.

SILVA, Aurekelly Rodrigues da. Asas da informação: protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo. 2020. 219 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SILVA, Aurekelly Rodrigues da; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo: asas da informação. In: XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/>. Acesso em: 13 fev. 2021.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Reflexões teóricas sobre a construção paradigmática da Ciência da Informação: considerações acerca do (s) paradigma (s) cognitivo (s) e social. *Biblios (Peru)*, n. 51, p. 42-56, 2013. DOI: 10.5195/biblios.2013.89. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/78539>. Acesso em: 03 jul. 2021.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, p. 9-29, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

TERRA, Maria Fernanda; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Lucas; SCHRAIBER, Lília Blima. Medo e vergonha como barreiras para superar a violência doméstica de gênero. *Athenea Digital: Revista de pensamento*

e investigación social, v. 15, n. 3, p. 109-125, 2015. Disponível em: <https://atheneadigital.net/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1986

TOLEDO, Renata Ferraz; GIATTI, Leandro Luiz; JACOBI, Pedro Roberto. A pesquisa-ação em estudos interdisciplinares: análise de critérios que só a prática pode revelar. Interface, Botucatu, v. 18, n. 51, p. 633-646, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 20 maio 2021.

VIANNA, Lucila A.; BONFIM, Graziela F.; CHICONE, Gisele. Autoestima de mulheres que sofreram violência. Revista Latino-americana de Enfermagem, v. 14, n. 5, p. 695-701. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

WAISELFISZ, J. J. Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil. 1 ed. Brasília, DF. 2015. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 06 jul. 2021.